

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.970 - ES (2018/0226354-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : SEBASTIAO MOREIRA SAMPAIO
ADVOGADO : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E OUTRO(S) - ES006942
RECORRIDO : VIACAO ITAPEMIRIM S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : TADEU BORGES SIQUEIRA E OUTRO(S) - ES012129

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO VERIFICADA. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC/2015 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem admitido a utilização do salário mínimo como indexador apenas para parcelas que tenham natureza alimentar, como, na responsabilidade civil, as pensões indenizatórias por morte ou incapacidade.

4. Na hipótese dos autos, porém, verifica-se que o valor da pensão mensal vitalícia não fora fixado em salários mínimos e, sim, em montante preestabelecido com base nos rendimentos auferidos pelo recorrente. Dessa forma, mostra-se indevida a correção monetária a partir da variação do salário mínimo.

5. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mesmo fixado o valor da pensão em salários mínimos, a correção monetária incidirá desde o arbitramento judicial por índices oficiais utilizados em sede de condenações judiciais.

6. Precedente específico da Segunda Seção (REsp 1191598/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 03/05/2017)

7. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SEBASTIAO MOREIRA SAMPAIO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (fl. 848):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TÍTULO JUDICIAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE PENSÃO. VALOR FIXADO. CORREÇÃO PELO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1) O valor do pensionamento foi fixado pelo título judicial transitado em julgado em montante preestabelecido, desvinculado do salário mínimo, na medida em que calculado com base nos rendimentos declarados pelo recorrente à época, auferidos por meio do labor como vendedor.

2) O STJ admite a atualização de pensão por ato ilícito com base no salário mínimo quando tomado como referência para fixação da obrigação pelo título judicial condenatório, vedada, contudo, sua utilização como mero índice de correção monetária.

3) Agravo de instrumento desprovido.

Consta dos autos que SEBASTIAO MOREIRA SAMPAIO interpôs agravo de instrumento contra a decisão do juízo de primeiro grau que, no pedido de cumprimento de sentença, fixou a atualização monetária dos alimentos, fixados em sentença no valor de R\$ 255,12 (duzentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos), pelo índice do IPC-FIPE, no período compreendido entre 24. 07. 1997 a 05. 1999, e pelo índice INPC-IBGE, a partir de 06.1999, acrescido de juros de mora desde a data do evento danoso, qual seja, 24.07.1997, além da incidência de juros moratórios no percentual de 0,5% até o dia 10.01.2003 e de 1% a partir de 11.01.2003.

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo negou provimento ao agravo conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguintes termos (fl. 874):

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. AUSÊNCIA DE MÁCULA NO JULGADO. RECURSO DESPROVIDO.

1) A pretensão de simples rediscussão da controvérsia não dá margem à oposição de declaratórios. Precedentes do STJ.

2) Revelam-se improcedentes os embargos de declaração em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade.

3) Recurso desprovido.

Em suas razões, o recorrente alegou violação aos arts. 489, inciso II, §1º, incisos I a V e 1022, incisos I e II, ambos do Código de Processo Civil, ao argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional e carência de fundamentação. Aduziu contrariedade ao art. 950, do Código Civil, sob o fundamento de que a correção monetária não deve incidir apenas sobre o valor dos atrasados, sendo devida a revisão periódica da pensão para preservação do valor de 50% dos rendimentos na condição de vendedor - comerciante. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não merece acolhida a irresignação recursal.

1. No que tange à negativa de prestação jurisdicional:

As questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível. Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO

Superior Tribunal de Justiça

PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos dos autos, concluiu que não é devido o reajuste do benefício complementar pelo autor, uma vez que no presente caso, incide a Lei 8.020/90, o qual destina eventuais sobras no exercício anual para o fundo de contingência, ou para a redução das contribuições. Verifica-se que para desconstituir o entendimento exposto pelo Tribunal local e acolher a pretensão recursal seria imprescindível a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso nesta instância especial ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno não provido. (**AgInt no AREsp 1233390/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018**)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESERVA DE NUMERÁRIO. DISCORDÂNCIA ENTRE AS PARTES. NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE DEU APÓS ANÁLISE DAS PROVAS E DO CONTRATO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. O acórdão estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à necessidade de se ajuizar ação própria para a cobrança de honorários

Superior Tribunal de Justiça

contratuais quando existir discordância entre o outorgante e o advogado.

3. Ademais, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base nas disposições contratuais e no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante os óbices dos enunciados n. 5 e 7 da Súmula deste Tribunal.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1059771/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.

(...)

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

2. No que diz respeito à carência de fundamentação:

Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC/2015, quando o Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

de Justiça de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo de primeiro grau.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV E VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. Indicação do dispositivo legal violado. Ausente. Súmula 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

(...).

3. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

6. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1665837/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 23/06/2017)

3. No que tange à correção monetária:

O Tribunal de Justiça *a quo*, ao julgar o recurso de agravo de instrumento destacou o seguinte (fls. 849/854):

(...)

Sem embargo, de acordo com o recorrente, a correção monetária dos alimentos não se confunde com a revisão periódica dos valores, os quais objetivam substituir parte dos seus rendimentos, uma vez que, caso apto para o labor, sofreriam reajuste.

Superior Tribunal de Justiça

Sendo assim, devem ser as prestações atualizadas com as revisões periódicas aplicadas ao salário mínimo e corrigidos monetariamente os atrasados pelos índices oficiais.

Logo, cinge-se a controvérsia em aferir se é possível, ou não, a utilização do salário mínimo como indexador para atualização da pensão mensal deferida em favor do agravante.

(...)

Nada obstante, tal entendimento não se aplica ao caso em apreço, porquanto o valor do pensionamento foi fixado pelo título judicial transitado em julgado em montante preestabelecido, desvinculado do salário mínimo, na medida em que calculado com base nos rendimentos declarados pelo recorrente à época, auferidos por meio do labor como vendedor.

Nesse contexto, não tendo ocorrido a fixação do pensionamento com base no salário mínimo, não há como se fixar a atualização dos valores a partir da variação deste, sob pena de utilizá-lo como fator de indexação, o que encontra óbice na ordem constitucional (g.n.).

Nesse contexto, verifica-se que o posicionamento do Tribunal de Justiça de origem não merece reparos.

Prefacialmente, destaca-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal estampada na Súmula 490/STF, tem admitido a utilização do salário mínimo como indexador para parcelas que tenham natureza alimentar, como, na responsabilidade civil, as pensões indenizatórias por morte ou incapacidade.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DAS RÉS. (...)

5. Tendo em vista o caráter alimentar da pensão alimentícia fixada em razão do acidente, não vedação à sua vinculação com o salário mínimo. Precedentes. Entendimento do Tribunal de origem em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior. Aplicação da Súmula 83/STJ.

6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1348147/DF,

Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 03/03/2015, DJe 10/03/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. VINCULAÇÃO DA PENSÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR. (...)

3. Conforme a reiterada jurisprudência do STJ, em se tratando de pensionamento decorrente de ato ilícito, é possível a vinculação da pensão ao salário mínimo. Precedentes. (...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 464.989/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 18/03/2014, DJe 09/04/2014)

No entanto, na hipótese dos autos, verifica-se que o valor da pensão mensal vitalícia não fora fixado em salários mínimos e, sim, em montante preestabelecido com base nos rendimentos auferidos pelo recorrente.

Dessa forma, mostra-se indevida a correção monetária a partir da variação do salário mínimo.

Some-se a isso, o fato de que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, mesmo fixado o valor da pensão em salários mínimos, a correção monetária incidirá desde o arbitramento por índices oficiais utilizados em sede de condenações judiciais.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. JUROS DE MORA DA PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.

2. A jurisprudência é firme no sentido de que a correção monetária e os juros de mora são consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados até mesmo de ofício, de modo que sua aplicação ou alteração, bem como a modificação de seu termo inicial, não configura julgamento extra petita nem reformatio in pejus. Precedentes.

3. As parcelas de pensão fixadas em salário mínimo devem ser convertidas em valores líquidos à data do vencimento e, a partir de então, atualizadas monetariamente. Precedente da 2ª Seção.

4. Embargos de declaração no agravo interno no agravo em recurso especial acolhidos, com disposição de ofício quanto ao termo inicial dos juros de mora da pensão mensal vitalícia. Prejudicada a análise do pedido de tutela provisória. (EDcl no AgInt no AREsp 1314880/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 30/10/2019, g.n.)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PENSÃO MENSAL. FIXAÇÃO PELO JULGADOR.. VALOR DE REFERÊNCIA SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DE INDEXAÇÃO. CONVERSÃO EM VALORES LÍQUIDOS À DATA DO VENCIMENTO E, PARTIR DE ENTÃO, COM INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. DPVAT. DEDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO FIXADA JUDICIALMENTE. COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO OU DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DISPENSÁVEL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. O julgador pode fixar o valor da pensão mensal tomando como referência o valor do salário mínimo. Contudo, não é devida a indexação do valor da indenização, arbitrando-a com base no salário mínimo com a incidência concomitante de atualização monetária, sem que haja sua conversão em valores líquidos.

2. As parcelas de pensão fixadas em salário mínimo devem ser convertidas em valores líquidos à data do vencimento e, a partir de então, atualizadas monetariamente.

3. A interpretação a ser dada à Súmula 246/STJ é no sentido de que a dedução do valor do seguro obrigatório da indenização judicialmente fixada dispensa a comprovação de seu recebimento ou mesmo de seu requerimento.

4. Embargos de divergência providos para dar parcial provimento ao recurso especial em maior extensão. (EResp 1191598/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 03/05/2017)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/15, conheço e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

